

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 25 • nº 1 (2021)

ISSN 2179-0892

Marxismo e política: o marxismo tem uma teoria política?

Gabriel Alvarez

Universidade de São Paulo. São Paulo.

São Paulo. Brasil

g.alvarez@usp.br

 0000-0003-1609-8818

e-172544

Como citar este artigo:

ALVAREZ, G. Marxismo e política: o marxismo tem uma teoria política? **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-19 e-172544, abr. 2021. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/172544>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.172544>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 Licence

Marxismo e política: o marxismo tem uma teoria política?¹

Henri Lefebvre

O sentido da questão²

Qual é o sentido exato da questão proposta? Tratar-se-ia de questionar se as formações políticas que se reivindicam do marxismo ou do marxismo-leninismo, a saber, diversos partidos operários [*ouvriers*], partidos operários e camponeses, partidos dos trabalhadores [*travailleurs*], partidos socialistas unificados ou comunistas, enfim, se têm elas uma *política*.

A resposta é imediata: sim, essas formações têm uma política. Se examinarmos tais formações ativas nos países ditos “subdesenvolvidos”, constataremos que na maior parte dos casos essa política coloca o foco na *reforma agrária*. Esse é um ponto essencial, um argumento fundamental, um elo indispensável e uma articulação central. Hoje mesmo, o Partido Comunista Argelino (não representado no GPRA)³ parece ter elaborado um projeto de reforma agrária que poderia um dia tornar-se eficaz.

Mas acontece que nem o marxismo, nem o marxismo-leninismo consideravam inicialmente tais “reformas”. O nome por si só bastava para indicar que, no plano da teoria, a reforma agrária não atinge as estruturas econômicas fundamentais do capitalismo. Ao contrário, Lenin mostrou em mais de uma ocasião que ela podia garantir ao capitalismo um desenvolvimento mais rápido;

1 Traduzido por Gabriel Alvarez a partir do original:

LEFEBVRE, H. *Marxisme et politique: le marxisme a-t-il une théorie politique?*. *Revue Française de Science Politique*, v. 11, n. 2, p. 338-363, 1961. Número temático: A teoria política. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1961_num_11_2_392623.

2 O português comporta uma dupla tradução para a palavra francesa *sens*, *sentido* e *significado*, embora para esta última exista *signification*, que se traduz precisamente por *significado*. No original, Lefebvre não usa *signification*, mas sempre *sens* – exceto para o verbo *significar*, em francês, *signifier*, uma vez que o substantivo *sentido* não resulta da substantivação de um verbo, nem em francês, nem em português. O uso incondicional de *sens* por Lefebvre não é mero recurso estilístico, mas tem raiz no debate da linguística, que o autor acompanhava e de que participava ativamente. Para ele, a palavra *sentido* tem contornos precisos: perguntar o sentido de algo é, ao mesmo tempo, indagar sobre seu *significado* e sua *orientação*, isto é, a palavra *sentido* engloba a de *significado*, inserindo-o num contexto e num movimento dirigido (com uma finalidade). Assim, nas situações em que há certa identidade semântica entre os termos, optou-se invariavelmente pela tradução por *sentido*, atentando ao peso conceitual implicado em tal escolha. Mas, se a distinção conceitual impele, por um lado, à tradução inequívoca de *sens* por *sentido*, as especificidades do português, por outro lado, alçam certa objeção ao recurso fácil da tradução imediata, de modo que em alguns casos *sens* foi traduzido por *significado* (seguido pela indicação do termo em francês entre colchetes). Por fim, vale um adendo quanto à tradução do título, que dá origem a esta nota: o original *Sens de la question* (que logo se torna uma pergunta: “qual o sentido da questão...?”) parece sugerir que a tradução por *O significado da questão* é mais precisa, uma vez que indagar sobre o sentido de uma questão posta pode dar a entender que se trata também de um questionamento sobre a *validade* da referida questão, ao passo que perguntar sobre seu significado indica apenas um interesse pelo *quê* exatamente se está perguntando. Uma vez que o texto desta seção aborda, entre outras coisas, a própria validade da questão levantada face ao empirismo político que penetrou a prática política marxista, optou-se aqui também pela tradução por *sentido* [NT].

3 Governo Provisório da República Argelina [NT].

ensinamento do qual sabemos ter Stalin deduzido consequências brutais: as medidas destinadas a interromper esse desenvolvimento. Lenin tomou emprestada a ideia de reforma agrária dos “socialistas revolucionários de esquerda” e a incorporou, em 1917-1918, a seu próprio programa por razões propriamente políticas: atrair as massas camponesas. Já nesse empréstimo o empirismo político e o pragmatismo prevaleciam sobre a teoria. O que não se dá sem perigos. A reforma agrária, economicamente considerada, faz-se acompanhar de riscos: promove uma baixa catastrófica da produção e estabelece, ao momento de sua retomada, as bases e as condições para uma nova burguesia. Contudo, o êxito político validou o empréstimo.

Consideremos agora as formações políticas marxistas nos países industriais avançados. Na ausência de uma crise econômica catastrófica, frequentemente anunciada e esperada, esses partidos encontraram grandes dificuldades. Eles desapareceram, ou quase desapareceram, nos países mais industrializados. Mantêm-se fortemente em alguns países onde gargalos e problemas de difícil solução resultaram em entraves ao crescimento econômico: na Itália (onde a questão do sul tem grande peso), na França (onde as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões e entre os ramos da indústria permanecem acentuados, sem mencionar os problemas decorrentes da descolonização etc.). Apesar dessas condições favoráveis, o movimento trabalhista revolucionário não seguiu uma linha claramente ascendente. Os partidos marxistas assumiram, então, uma posição de recuo: a defesa da democracia, o que implica a defesa de sua própria legalidade e a possibilidade de galgar um espaço preponderante nessa democracia. Essa palavra de ordem, que implica um recuo tático em relação às palavras de ordem revolucionárias, pode ser interpretada de modos diferentes. Para alguns, que compõem uma verdadeira “corrente” política, a defesa da democracia não é muito mais que uma mistificação que se busca opor às mistificações de que o “inimigo de classe” usa e abusa. Trata-se de se afirmar não apenas como revolucionário, mas a favor da ditadura do proletariado entendida sobretudo como um exercício de poder pelo partido num Estado transformado e consolidado. Adotam-se, então, dentro do partido, procedimentos de direção e uma terminologia sectárias; já fora, assume-se comumente um semblante oportunista aliado a um vocabulário que difere do vocabulário interno.

Para outra corrente política, trata-se, ao contrário, de o partido marxista assumir, animar ou reanimar a democracia, torná-la viva e ativa dentro e fora do partido,⁴ na nação inteira.

Independentemente de qual seja a interpretação ou a corrente adotada, o empirismo político prevalece sobre a teoria. A questão precisa-se, portanto, da seguinte maneira: *as formações políticas consideradas têm uma teoria política?* Fica claro que a questão assim colocada não tem sentido para todos! Ela não terá sentido nenhum para aqueles que preconizam e praticam o empirismo político, confundindo-o com a teoria.

Não terá também sentido nenhum para os marxistas dogmáticos. O simples fato de se formular e colocar essa pergunta parece-lhes mais que contestável: parece criminoso. Eles têm excelentes e inúmeras razões para aceitar como evidente o vínculo entre sua prática política e uma teoria oficialmente atribuída a Marx, Engels, Lenin ou Stalin.

4 Esse ponto de vista foi formulado com muita clareza e vigor por Palmiro Togliatti. Cf. *Rinascita*, em janeiro 1961: “Commenti alla conferenza di Mosca”, notadamente nas p. 21-22, e em abril 1961: “A proposito di socialismo e democrazia”, notadamente na p. 360, quando aborda a autocrítica dos partidos comunistas após o XX Congresso do PC [Partido Comunista] da URSS [NA].

Nesse quadro institucional, a referência aos textos “clássicos” é costumeira. Ela se ritualiza; os textos, filosóficos ou políticos, sempre os mesmos, são conhecidos e previstos. É a ausência deste ou daquele texto que chama a atenção, seja porque revela uma deficiência, seja porque significa um desvio.

Nesse quadro, o marxismo e o marxismo-leninismo fornecem por sua vez um sistema de referência e uma terminologia filosófico-política. *Eles se tornam linguagem*. Tal é o fato notável, ideológica e sociologicamente, a que somos conduzidos pela reflexão sobre a falta de sentido com que se apresenta nosso problema a esses teóricos e práticos. Nada mais restritivo, sem que seja necessária uma pressão externa, do que uma linguagem tornada aceita e corriqueira. Como vocabulário e gramática políticos, essa linguagem atua unicamente segundo sua própria coerência e torna-se tão mais clara (aparentemente), que cada termo visa um inimigo certo ou virtual. Esse é um traço geral que o marxismo-leninismo vulgariza e institucionaliza, leva ao extremo. Exceto no caso de uma cultura excepcional, faltam palavras para uma reflexão que sairia do quadro de referência institucionalizado. Num vocabulário por vezes ritualizado e preciso, expressando pouco (portanto, não arriscando revelar intuições ou emoções subjetivas) e significando muito (apreciações e palavras de ordem), as diretrizes políticas encontram suas formulações e motivações; aqueles que aceitam a terminologia, o vocabulário e a gramática político-filosófica, os aceitam e os entendem ao mesmo tempo.

Os termos consagrados se tornam os estímulos que condicionam os reflexos da atividade política: epítetos consagrados, gestos de organização, ritos de celebração e de unidade ideológica.

Esse fenômeno surpreendente ainda não foi bem estudado: *um conhecimento científico* (contido em *O capital*,⁵ *O Estado e a revolução*⁶ etc.) tornado *ideologia e superestrutura* ideológica e, em seguida, *linguagem*. Não há nada a objetar. Esse é um fato sociológico e cultural extremamente notável, que deve ser tomado por um dos fenômenos mais importantes de nossa época. Consideremos imediatamente o significado [*sens*] desse fenômeno; não é qualquer teoria que pode se tornar linguagem sob as condições de um crescimento econômico ele mesmo notável. É preciso que haja uma certa “adequação”, para empregar um termo usual, da linguagem à prática e da prática à linguagem. Em outras épocas, em outros países, outras linguagens falharam: elas não puderam passar da ciência ou da ideologia à práxis. Esse fato, por mais racional que possa parecer quando estudado de perto, guarda consequências desagradáveis para a razão. Ou bem empregamos esta linguagem, a falamos e nos fazemos ser compreendidos, aceitamos e somos aceitos. Ou então não a empregamos, a rejeitamos e nos tornamos estrangeiros, isto é, inimigos. Ou bem o diálogo ocorre nessa linguagem, ou ele se torna tão difícil que não ocorre. Há sacrilégio maior do que questionar as “palavras da tribo”?

A linguagem marxista, isto é, o marxismo tornado linguagem, significa e justifica as decisões políticas: aquelas tomadas por um poder de Estado e pelas instâncias de um partido. *Ela não é uma linguagem de informação, mas uma linguagem de decisão*, o que já provoca mal-entendidos.

5 MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: O processo de produção do capital; MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2014. Livro II: O processo de circulação do capital; MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2014. Livro III: O processo global da produção capitalista [NT].

6 LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2020 [NT].

A linguagem de informação, acusada de objetivismo, considerada mistificadora, é atribuída aos representantes da burguesia (atribuição que não é, talvez, sempre falsa, mas assim se torna tão logo assume a forma de uma afirmação geral). Nessa linguagem, as apreciações, portanto, os julgamentos de valor, confundem-se com as constatações. É evidente que os dirigentes políticos que assim apresentam seu pensamento ajam conforme a lógica do processo normal de todo o pensamento: estudam os fatos e, depois, pronunciam-se. Mas na exposição essa ordem desaparece e mesmo se inverte, de tal sorte que os fatos se expõem pela apreciação e pela linguagem da decisão. O hábito do poder, ao que apreze, conduz inevitavelmente a tais abusos. O dogmatismo inerente a essa abordagem [*démarche*] do pensamento político leva a um mal-entendido. Olhando de fora, crê-se facilmente estar diante de um dogmatismo da teoria, ao passo que se trata de um dogmatismo da linguagem implicando, por sua vez, a referência aos quadros institucionais e a um sistema que consiste num sistema filosófico-político mais que numa teoria política no sentido preciso do termo.

Em tal situação, o movimento político depende [*relève*] tanto de uma sociologia da vida política quanto de uma análise e uma crítica teóricas. Mas do ponto de vista das políticas aos quais nos referimos, ocorre o inverso. A sociologia, do mesmo modo que a economia política, a política econômica e a ideologia em geral, depende [*relève*] do “ponto de vista da classe” e do “ponto de vista do partido”; a ciência se subordina aos interesses políticos aos quais ela deve então servir. Aliás, serve-os espontaneamente, bastando ter aceitado a linguagem e os quadros referenciais implicados. Donde os mal-entendidos serem recorrentes. No entanto, a linguagem de decisão também informa, sobretudo quando a temos por hábito e entendemos o que se passa entre as palavras e nas entrelinhas, conhecendo assim as ausências, as lacunas, o que está subentendido. O que significa quando os partidos que estão no poder no campo dos países socialistas não perdem a oportunidade de anunciar que salvaguardam “como a menina de seus olhos” sua unidade ideológica e política, aquela da teoria marxista-leninista? O conteúdo simbólico de tal afirmação ultrapassa muito seu conteúdo informativo, objetivo, científico. É uma declaração de princípio, destinada ao “adversário” que poderia ter a ideia de apostar suas fichas nas contradições internas do campo socialista. Essa advertência mostra, precisamente, que tal unidade ideológica está ameaçada (o que não quer dizer que está politicamente abalada). Do contrário, qual seria a necessidade de reafirmá-la com tamanha solenidade? Nós conhecemos, de outros regimes, essas tentativas de negar que afirmam!

Os partidos marxistas e marxistas-leninistas (os chamados: partidos comunistas ou partidos operários) constituem admiráveis instrumentos de ação política, cuidadosamente testados e aperfeiçoados ao longo de dezenas de anos. Eles acumularam experiências notáveis, aquelas da legalidade e da ilegalidade. Dispõem de dois elementos de uma extrema importância: um aparelho, uma linguagem. Formam excelentes redes de comunicação, como dizem os sociólogos (que, aliás, estudam essas “redes” a partir dos exemplos frequentemente mais ridículos e mesquinhos ao invés de se debruçarem sobre os casos convincentes, verdadeiramente interessantes, mas difíceis de entender porque não dependem da psicologia e da microsociologia). Essas redes densas e sensíveis sabem se adaptar às mudanças da situação mundial ou interior. Os “aparelhos” asseguram a transmissão eficaz e rápida das informações e das decisões.

Essas aptidões trazem sua contrapartida: o peso burocrático, sintoma da esclerose. O pensamento político foi alocado de uma vez por todas nas mãos dos especialistas e dos técnicos privilegiados: os dirigentes. Os membros do aparelho, verdadeiros funcionários, se veem reduzidos ao papel de “*executive men*”, engrenagens de uma máquina; eles entendem muito bem as urgências da ação e muito mal as ideias. Isso que, por sinal, é chamado oficialmente de “critério da prática” ou “primado da prática sobre a teoria”, o que dissimula o empirismo político e a ausência de teoria. A participação do “membro permanente” e do “militante” na elaboração teórica é extremamente fraca, a ponto de não ser mais necessária uma elaboração teórica; mas eles não sabem disso. Sob esse ângulo, não se vê mais a democracia, nem no partido, nem na sociedade. Quando o movimento político inspirado no marxismo ainda tentava ter uma teoria coerente e orgânica, ele empregava um vocabulário científico. Era então necessário traduzir esse vocabulário para o uso da base e, em seguida, da periferia, dos simpatizantes, dos eleitores. Com o marxismo tendo se tornado uma linguagem usual, as operações de codificação e decodificação dessa língua em outras línguas foram de mal a pior. Ou a compreendemos ou não a compreendemos. A vantagem de um vocabulário usual é compensada, aqui novamente, por sua fixação. O militante e mesmo o partidário são aqueles que falam essa língua, que captam o jargão, que entendem as palavras-chaves (por exemplo, “revisionismo” ou “dogmatismo”). Nesse sentido, seria de grande interesse um estudo semântico e uma história do vocabulário⁷ [político].

A entrega do pensamento político aos especialistas, aos técnicos, aos *dirigentes*, estejam eles operando por meio de uma terminologia marxista ou de um vocabulário puramente empírico, tem consequências graves; observáveis também para além do “campo socialista” e dos “partidos marxistas-leninistas”. A deterioração do pensamento político – esse ideal de democracia viva – parece ser uma dessas consequências. Basta que as motivações dadas oficialmente atenham-se suficientemente de perto às urgências empíricas e às necessidades da organização como tais para que sejam aceitas e façam cessar a reflexão. Por que ir buscar mais longe? Uma extrema perspicácia em relação aos problemas políticos nacionais e mundiais pode então fazer-se acompanhar de uma estranha *despolitização*. A despolitização atinge a massa que vota fielmente no partido marxista, mas também uma boa parte dos membros e militantes. Eles se tornam passivos tendo relegado aos seus representantes até o seio do partido a totalidade de seus poderes, aí incluído o de pensar politicamente. Eles executam, o que não impede em nada um fato ainda mais paradoxal: uma extrema dramatização da consciência política. Cada hora é fatal [*grave*], cada ato é decisivo, cada situação é pungente e urgente. O vácuo teórico abre muito facilmente um lugar a essa dramatização no nível empírico. Com o vocabulário científico tornado linguagem, tem-se aí um fenômeno relevante da sociologia política. Os dois fenômenos se completam. Eles são dois aspectos, os aspectos negativos, de um mesmo processo. Eles contribuem para explicar certos fatos outrora inexplicáveis: o apego e a fidelidade a esses partidos, apesar da grave crise do stalinismo, sua estabilidade eleitoral, seus fracassos [*échecs*] diante da ação, seu valor para com seus membros como formas de sociabilidade e de relações pessoais etc.

7 Um exemplo. Há alguns anos, empregava-se muito a locução prepositiva “através de...” (através de reivindicações imediatas etc.). Atualmente, emprega-se muito a locução prepositiva “em direção a...” (em direção aos jovens, aos intelectuais etc.). Essa mudança terminológica *reflete* uma mudança na situação política [NA].

Nós aceitaríamos portanto, mas somente até certo ponto, as análises dos sociólogos que falam da não participação crescente e substituem a participação política pela *representação*. Em particular, a distinção entre “competência” e “afeto” introduzida por Riesman e Glazer em seu estudo “Criteria for political apathy”⁸ parece interessante. Todavia, temos muitas reservas. Na França, o movimento revolucionário substituiu, por mais de meio século, a “representação” no seio da democracia burguesa pela “participação”: a renovação da “representação” indica um declínio do movimento revolucionário. Contudo, a participação não desapareceu; ela mudou de forma, esvaziou-se de conteúdo teórico e se reduziu precisamente às formas: vocabulário, ritos, gestos dramatizados. Uma renovação da participação ativa não é excluída. Quanto ao “afeto”, ele não tem o mesmo sentido [*sens*] e o mesmo conteúdo no movimento marxista, nos países e partidos envolvidos, tal como tem nos países do lado capitalista. Ele se estabelece num plano inferior àquele da participação e da competência, isto é, da cultura política, mas subsiste na condição de um agregado de atitudes, sentimentos, indignações, raivas e lembranças históricas, ou seja, como virtualidade de participação e mesmo de competência. Os comportamentos objetivos atrelados ao marxismo como linguagem não se esgotam nas categorias psicológicas e sociológicas.

Além do mais, uma tal situação se liga antes à conjuntura histórica que a uma estrutura estabilizada. Não têm os sociólogos uma tendência frequente de “desistoricizar” seu objeto? Uma linguagem tornada formal e ritual pode se *reativar* quando as circunstâncias o permitem. Ela conserva, assim, um poder que não depende nem da competência, nem do sentimento ou “afeto”. Numa conjuntura importante [*grave*], não podem as palavras, o “afeto”, o comportamento se religar a um pensamento político? Ressaltemos que em tais condições o marxismo-leninismo apresenta-se como um bloco monolítico, seguindo uma fórmula consagrada. Como compreender, portanto, essa aparência teórica, o vácuo teórico que ela recobre e as referências constantes aos princípios canônicos? Aqui, novamente a análise detecta um pseudo-dogmatismo sob a aparência de dogmatismo como aquela de sua rejeição. Os termos empregados adquiriram a coerência que toda língua suficientemente bem elaborada tem. Para os membros dos aparelhos, para os militantes de todos os países, mas principalmente para aqueles dos países do “campo socialista”, os termos da linguagem marxista fazem parte daquilo que chamamos de *campo semântico*. Eles existem na prática, na significação de objetos, coisas, gestos, fora de qualquer reflexão ou qualquer pesquisa. O conhecimento e a reflexão pouco acrescentam aos dados do campo semântico. Ao contrário: para refletir é necessário dissolver (dialeticamente) as evidências do campo semântico, colocá-las em questão pela via de uma crítica radical.

A articulação entre os termos “marxismo” e “leninismo” geralmente não levanta questões; a fusão foi feita de uma vez por todas; uma espécie de reflexo ideológico condicionado que logrou a criação de um vínculo institucional entre essas palavras e aquilo que elas evocam [*appellent*]. Por que, então, reler Marx ou mesmo consultar Lenin? Só assim se explica um fato espantoso: que teorias tão importantes quanto as da alienação e do declínio do Estado, que não se enquadram no marxismo institucional, possam ter sido quase completamente relegadas ao silêncio, e isso sem desestabilizar essas estruturas [*cadres*], sem comprometer a coesão teórica aparente e

⁸ Em *Studies in leadership*, New York, Harper, 1950 [NA].

o dogmatismo. Junto a toda essa problemática, desaparece a história, incluindo a da teoria e do conhecimento; as obras capitais, as do jovem Marx, foram classificadas como de interesse histórico, e não de interesse teórico; elas se tornam meros marcos que o desfecho do percurso de Marx atirou ao segundo plano. Perdendo seu interesse teórico, essas obras perdem também o interesse histórico, interesse que queremos retomar.

Para quem, então, a questão levantada tem um sentido? Para aqueles que situam o conhecimento acima da ação e de suas palavras de ação imediatas; aqueles isolados dentre os marxistas ou fora do marxismo, que pensam que a crítica se integra à ciência; por consequência, eles submetem a uma crítica radical, sem pressupostos (isto é, admitindo que ela pode ser verdadeira ou falsa) a política como prática, como técnica. Eles não jogam segundo as regras do jogo, pois procuram saber que jogo está sendo jogado. Tomam distância e recuo frente ao ativismo. Não aceitam como tal uma linguagem pronta, com suas palavras-chaves, seja a linguagem do marxismo, seja a do antimarxismo (do anticomunismo, como se diz).

Essa atitude tem um nome. Chama-se “revisãoismo”! No entanto, não empregamos esse termo sem logo ressaltar sua vulgaridade. Tendo entrado também na linguagem e no empirismo político, ele perde todo seu significado [*sens*] preciso. Aplica-se, na forma de um epíteto seguido por ritos de reprovação, àqueles que combatemos. São “revisãoistas” tanto aqueles que questionam a fronteira Oder-Neisse⁹ como aqueles que duvidam da dialética “onda-corpúsculo”. É, portanto, apenas ironicamente que tomamos essa palavra emprestada da linguagem do marxismo corrente. O mesmo vale para a palavra “dogmatismo” e seu emprego. O termo “revisãoismo” e as críticas endereçadas ao revisãoismo tendem a fazer crer que há uma teoria e mesmo um bloco teórico. O termo “dogmatismo” e as críticas endereçadas ao dogmatismo tendem a fazer crer que a teoria, sem perder seu caráter monolítico que vai da onda e do corpúsculo à ditadura do proletariado, não é menos aberta, simples ou até mesmo acolhedora.

A tendência crítica no pensamento marxista atual, isto é, o “revisãoismo”, tenderia ele em direção a uma “terceira via” na política, na filosofia, na economia? Ou em direção a uma “terceira força” na escala mundial? É ele a implicação, o fundamento, a base? Responderemos desde já: sim e não. *Sim*, no sentido de que a única exigência do conhecimento crítico implica uma preferência pelas formas democráticas da vida pública, das instituições e da transição ao socialismo. No entanto, *não*, no sentido de que uma análise ou uma decisão política vinda daqueles que empregam o infamante epíteto “revisãoista” podem ainda ser aceitas, desde que resistam ao exame da crítica radical, o que não está excluído previamente.

Em resumo, a questão levantada não tem sentido senão para aqueles que admitem uma *relativa* independência do conhecimento em relação à ação e à prática política. Nós postulamos aqui que a teoria tem importância em si mesma, que ela não “reflete” simplesmente a práxis, que ela não se confunde com esta última e que há, portanto, entre elas uma *unidade dialética*, unidade que inclui os conflitos, as tensões e sua solução. Mas não é este um postulado da ciência?

Todavia, mesmo para os dogmáticos, “pseudo-dogmáticos” ou “ultra-dogmáticos”, a questão proposta pode ter um sentido ao passo que *duas práticas políticas* se expressam na

⁹ Linha fronteira entre a Alemanha e a Polônia [NT].

linguagem do marxismo e se confrontam. O que aconteceu por ocasião da ruptura entre Tito¹⁰ e o Cominform,¹¹ ruptura que inaugurou uma longa crise, dramática e fecunda para o pensamento marxista. A duplicação entre a prática e a teoria, o vácuo teórico encoberto pela unidade monolítica entre a prática e a teoria (com esta “refletindo” oficialmente aquela), em suma, a verdadeira dialética da história aparece, então, de início obscuramente, depois de forma mais clara. Só as medidas brutais ordenadas por Stalin e Jdanov conseguiram retardar a reflexão em uma parte do movimento marxista. Essas medidas iam da repressão física às operações diversionistas em grande estilo. Por uma coincidência que não espanta, foi então que Stalin descobriu pela linguagem marxista a generalidade da linguagem.

O pensamento político de Marx

Conforme um projeto cujas razões foram expostas alhures,¹² começamos por reconstituir o autêntico pensamento de Marx.

O *capital* mostra a *socialização crescente do trabalho produtivo*, aspecto central da “socialização da sociedade”. O processo de produção se expande e unifica na escala da sociedade inteira, nacional e mundial. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, ele se ramifica e diferencia: divisão parcelar das operações produtivas, especializações múltiplas, criação de novos ramos industriais com alta tecnicidade e alta composição orgânica do capital. Um não impede o outro. As atividades isoladas são eliminadas ou integradas nessa totalidade em marcha, jamais acabada, sempre em desenvolvimento.

Quem contesta hoje essa teoria central de Marx? Ninguém, ainda que muitos filósofos, economistas e sociólogos tenham separado os dois aspectos, uns retendo o aspecto analítico (especialização e “parcelarização”), outros colocando o acento na totalização.

Sobre essa *base econômica*, a gestão e a propriedade coletivas dos meios de produção tornam-se *possíveis*. Contudo, a condição necessária não se basta. Para que a possibilidade se torne realidade, para que se resolva praticamente a contradição entre o caráter social do processo de produção e a propriedade privada dos meios de produção, é necessário algo mais que o processo econômico. É necessária uma intervenção política, portanto, uma decisão que suponha a intervenção de uma força social, aquela do proletariado, ela mesma ligada em quantidade e qualidade à socialização do trabalho produtivo.

A necessidade exposta por Marx não exclui em nada, portanto, uma parte de iniciativa, de opção, de invenção. As modalidades e as formas da socialização dos meios de produção não estão definidas de antemão.

Somente o dogmatismo e um pensamento não dialético numa linguagem dialética puderam confundir possibilidade, necessidade, determinismo, condições necessárias e insuficientes, exigências de ação. O dogmatismo tomou diversas formas: determinismo econômico,

10 Marechal iugoslavo Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia entre 1953 e 1980 [NT].

11 Acrônimo de Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, organização internacional liderada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) cujo objetivo era promover o intercâmbio de informações e coordenar as ações dos partidos comunistas europeus. O Cominform expulsou a Iugoslávia em 1948 [NT].

12 Notadamente em *Problèmes actuels du marxisme*, Presses Universitaires de France, 1958 [NA]. A referência da edição portuguesa do livro é: LEFEBVRE, H. *Problemas actuais do marxismo*. Portugal: Ulmeiro, 1977 [NT].

determinismo histórico. Ele ignora precisamente a dialética da *necessidade e do acaso* tornando *necessárias* as opções e as livres invenções que descobrem e dominam, realizando a necessidade. A passagem ao socialismo não está, pois, nem predeterminada, nem encerrada pelo processo econômico como tal, aquele da acumulação e do crescimento. Um leque de possibilidades se abre, algumas concernentes ao Estado (suas instituições políticas e jurídicas, suas superestruturas ideológicas), outras à sociedade e às coletividades interessadas na socialização (coletividades locais, regionais, nacionais e internacionais).

Nesse sentido, *há uma teoria política marxista*. Ela concebe uma estrutura socialista das relações de produção, em função da conjuntura econômica própria de cada país, de seu contexto sociológico e de suas medidas políticas.

Essa teoria afeta o socialismo simultaneamente por um julgamento de possibilidade e um julgamento de valor: ela o julga desejável desde que possível e porque possível. Ela compreende portanto um “compromisso” assumido livremente por indivíduos e grupos. Ela atua em direção ao socialismo com o máximo de eficácia e o mínimo de violência, sem, entretanto, excluir o constrangimento [*contrainte*] e a resposta violenta à violência. Tal é o sentido “clássico” da ditadura do proletariado. A teoria conduzindo à ação comporta igualmente uma disciplina livremente aceita por aqueles que a adotam: uma disciplina política ou disciplina de partido.

Mas isso não é tudo. O pensamento marxista não é dialético somente naquilo que concerne ao passado, ao presente e ao futuro: a relação concreta entre a possibilidade, a realidade dada e o peso das circunstâncias é também concreta no que concerne ao objetivo e aos fins perseguidos pela ação. Existem atos políticos e históricos que respondem às exigências da ação, mas ao mesmo tempo *esses atos políticos visam o fim da política*. Eles visam duplamente esse fim: a princípio, revelando pela crítica a “verdade social” de toda a política – em seguida, e sobretudo, propondo o fenecimento do Estado e a superação de toda a política.

Aqui, nossa exposição penetra na zona ardente das controvérsias,¹³ região onde os adversários podem se confrontar ilimitadamente, fazendo uso de citações, epítetos e referências, mais ou menos objetivas, à prática. A restituição do pensamento de Marx transborda os limites da teoria política. Para Marx, não havia uma moral marxista, mas uma crítica dialética das morais. Não havia uma estética marxista, mas uma análise e uma crítica da arte. Não havia tanto uma ciência marxista, mas sim o projeto de uma história dialética do conhecimento. Concebia ele uma ciência marxista? Certamente não, mas um transbordamento da filosofia pela crítica radical dos sistemas e pela entrada na prática revolucionária das ideias colocadas abstratamente pelos filósofos: liberdade, justiça, verdade. De igual modo, a crítica dialética deveria pôr um fim à ideologia, isto é, às representações destinadas a ocultar uma parte da realidade ou sua totalidade, interditar certos temas à reflexão ou ainda impor alguns outros. Por fim, não havia propriamente uma política marxista, mas uma análise que trazia à luz do dia as contradições da política, visando conduzi-la a seu fim. A intervenção revolucionária do proletariado mundial devia anunciar e alcançar a destruição de toda a superestrutura política. Juntamente com outras formas de alienação, desapareceria a

13 É, pois, a ocasião para trazer e relembrar a questão da Iugoslávia e do “titismo” na restituição do pensamento marxista. Acrescentemos que a revolução cubana, levada a cabo por elementos ditos “pequeno burgueses”, sem hegemonia da classe operária, obriga igualmente uma *revisão* de certos “princípios”. A etiqueta “revisãoismo” mascara – e serve para mascarar – esses problemas [NA].

alienação política: a alienação do homem pelas representações políticas, pelas ideologias e superestruturas políticas, pelo poder ou pelo constrangimento políticos. Chave de abóbada desse pensamento: a teoria do fenecimento do Estado.

Abstemo-nos aqui de citar mais uma vez os numerosos textos de Marx, mas precisemos que não se tratava, para Marx, de suprimir “por decreto do mufti” a religião, a filosofia, a ideologia, o Estado e a política. Ele previa um período de transição, mas orientado expressamente no sentido indicado. A democracia burguesa, limitada, formal, privilegiando uma minoria, cederia lugar a uma democracia concreta exercida diretamente pela maioria esmagadora da população: o proletariado e seus aliados. A contradição entre a democracia política e a não democracia econômica se resolveria dessa forma. A própria democracia e o Estado seriam, assim, ultrapassados pela realização da primeira e pelo fenecimento do segundo, um não passando sem o outro.

Marx nunca compreendeu a “ditadura do proletariado” de outra forma. Ela coincidia, para ele, com a democracia aprofundada e o fenecimento do Estado. Sua teoria política pretendia-se uma *ciência da liberdade*, transbordando a necessidade histórica em nome dessa necessidade reconhecida, dominada, portanto, ultrapassada [*dépassée*]; em suma, ele queria o fim do *destino político*.

O leninismo

A teoria do desenvolvimento da democracia, com suas implicações, a saber, sua ampliação e sua “concretização”, a ditadura do proletariado e o fenecimento do Estado – inseparáveis – encontram-se inteiramente no pensamento político de Lenin.¹⁴ Ao mesmo tempo, elementos novos aparecem na teoria, a partir dos problemas apresentados pela prática política.

Hoje, podemos compreender como a ação política de Lenin definiu uma espécie de bifurcação na história. Quando descobriu que as virtualidades revolucionárias do campesinato não estavam esgotadas nos países predominantemente agrários e rendidos perante a dominação imperialista (situação inversa à constatada nos países altamente industrializados, que geralmente já passaram por uma revolução democrática burguesa e subordinaram, em seguida, a agricultura ao desenvolvimento industrial, à gestão orientada pela burguesia), Lenin abriu a via que tomou a Rússia, depois a China e mais tarde o “Terceiro Mundo”. A mudança histórica [*aiguillage historique*] devia ter, nós o sabemos hoje, ainda mais importância do que a atribuída por Lenin, e trazer consigo mais imprevistos, portanto, mais correções à “necessidade”. Para ele, inicialmente, os camponeses completariam a ação política do proletariado, simples forças auxiliares. A princípio, para Lenin, a revolução apoiada por todo ou ao menos parte do campesinato abalaria o imperialismo e ajudaria a tomada do poder pela classe trabalhadora nos países industriais, e de início na Alemanha. Assim, o proletariado realizaria os atos políticos previstos por Marx, incluindo o fenecimento do Estado, integrando os camponeses nas novas superestruturas, transformando a agricultura por um hábil compromisso entre as reformas (nacionalização do solo, reformas agrárias, redistribuição da posse da terra) e as medidas revolucionárias (coletivização da produção, planificação).

14 Cf. *L'Etat et la révolution*, obras escolhidas de Lênin, Moscou, 1947, tomo II, p. 179. “Para Marx, o proletariado necessita apenas de um Estado em via de fenecer, isto é, constituído numa tal forma que comece imediatamente a perecer e não possa fazer outra coisa que perecer” [NA].

Como aparece a nós, depois de meio século de história “acelerada”, as implicações e consequências do posicionamento leninista?

Em primeiro lugar, o proletariado dos países industriais avançados não retomou desde então a iniciativa e a hegemonia políticas. A questão das *alianças* permanece em primeiro plano. Trata-se hoje, ainda menos que no início do século XX, de uma intervenção massiva e decisiva das classes trabalhadoras, mas de *relações de força* cambiantes e não desprovidas de contradições internas. Donde a importância da *direção política* de um tal complexo de forças, direção baseada na análise das situações.

Em segundo lugar, dois *níveis* de consciência e de atividade distinguem-se e se confrontam: aquele da *espontaneidade* e aquele da *consciência política*. A espontaneidade se manifesta sobre o plano econômico, o das lutas de classes. A consciência política se situa num plano mais elevado, colocando em questão a totalidade da sociedade e supondo o conhecimento dessa totalidade (isto é, as relações de todas as classes no conjunto nacional, social, mundial).

A política torna a ser, assim, uma técnica ligada a uma certa ciência (uma técnica mais que uma arte). Os profissionais a exercem. Eles se utilizam de instrumentos políticos: a ideologia, a propaganda, a polêmica. A ação e a teoria se situam em níveis diferentes, aquela no nível público e esta nos níveis mais secretos. Há, portanto, uma tática e uma estratégia do movimento “marxista-leninista”.

Hoje podemos enxergar muito bem, após meio século de experiência histórica, o duplo caráter dessa metamorfose do movimento marxista. De um lado, esse duplo caráter revelou-se *necessário*, inevitável, em decorrência das circunstâncias históricas e, a princípio, pelo fato de que o proletariado dos países desenvolvidos se deixou associar mais ou menos, por um longo tempo, ao imperialismo desses países. De outro lado, essa *necessidade* subverte [*bouleverse*] a “necessidade” que Marx acreditava ter alcançado e determinado ao menos na escala das linhas mestras do que estava em perspectiva. Trata-se, por certo, de outra coisa que do fenecimento do Estado! E, no entanto, a ideologia continua a confundir essas duas necessidades. A teoria se diz “proletária” e “ponto de vista” ou “posicionamento” da classe operária, mesmo em certos países atrasados onde os problemas da industrialização e da constituição de uma classe operária ainda estão em pauta!

A teoria política de Lenin comportava o risco de subordinação à prática imediata (à tática). Ela abria as portas ao maquiavelismo: acordos, manobras, utilização de meios contestáveis e falta de escrúpulos na escolha dos meios. Lenin já se servia da ideologia (da filosofia e da ciência notadamente) como instrumento, bem como da polêmica ideológica para alcançar os objetivos políticos. Colocava no primeiro plano, “necessariamente”, as questões de organização. Não considerava as teses filosóficas as mais profundas de Marx, em particular a da teoria da *alienação* (que Lenin negligenciou ou ignorou). Desde o começo, o leninismo tendia – apesar das indicações contrárias contidas no “Cadernos sobre a dialética”¹⁵ – a reconstituir a filosofia como um sistema atrelado à política, e o sistema como filosofia de “partido”, justificando-o no absoluto e movendo no terreno da ontologia as posições políticas.

15 LÊNIN, V. I. *Cadernos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2018 [NT].

Com o leninismo, a *teoria política* perdeu seu caráter preciso; ela claramente perdeu o caráter de *teoria política visando o fim da política*. Tornou-se *teoria filosófico-política*, de modo que os “teóricos” saltam sem cessar do partido, da ditadura do proletariado, do “Estado operário” à definição de matéria ou à relação “onda-corpúsculo”, justificando-os uns pelos outros, estranhamente, num “sistema” por sua vez implacável e díspar. A filosofia que envolve a política permite dissimulá-la, disfarçá-la ou torná-la pública. Ela justifica tanto a “teoria” como o vácuo teórico. Possibilita operações de distração [*diversion*]: fala-se das ondas e dos corpúsculos da microfísica ou do cosmos, enquanto outras questões candentes [*brûlantes*] pululam. Autoriza, enfim, a intervenção oficial (estatista [*étatique*]) em todos os domínios. Legitima o vocabulário (a linguagem).

Em relação a Marx, o “leninismo” apresenta uma curiosa contradição. De um lado, ele atualiza o marxismo em função do que há de novo: o imperialismo (e sua crise), a passividade relativa (momentânea ou não) das massas operárias nos países industriais, a capacidade de ação e transformação de outras classes e camadas [de classe] no mundo moderno etc. Por outro lado, a “teoria” recua; ela endossa os fracassos (notadamente aqueles da “revolução proletária”) ao evitar analisá-los. Ela restitui formas de pensamento e de ação anteriores a Marx, como o próprio sistema filosófico de início. A política torna-se um absoluto, um fim em si, o sentido da vida dos militantes. O fenecimento do Estado distancia-se no horizonte. O partido, na condição de grupo social que tem interesses e objetivos, torna-se critério teórico e prático.

Stalin e o stalinismo

Não saberíamos insistir muito nesses dois aspectos da questão. Lenin, como teórico, não pode ser responsabilizado por esse recuo da teoria, mas sim o processo mundial do século XX ou, numa palavra, a “história”, ainda hoje não completamente elucidada. Além disso, o pensamento de Lenin parece menos rígido e menos sistemático que o “leninismo”. Lenin tateava experimentalmente. Sua dialética se fazia procurar e caminhar entre as certezas e incertezas, entre o previsível e o desenvolvimento imprevisto. Seria fácil recordar aqui como Lenin, já enfraquecido por sua doença, preocupava-se com a burocratização do Estado socialista, com as dificuldades da “revolução cultural”, da planificação e da transformação socialista da agricultura.

Em sua obra, as tendências indicadas acima manifestam-se apenas em estado de germe. Para Lenin, não havia ainda o “leninismo”, do mesmo modo que para Marx não havia ainda o “marxismo”. Em suma, o marxismo-leninismo para Lenin não era ainda uma superestrutura, uma ideologia de Estado, uma linguagem e um vocabulário com suas exigências lógicas e suas ambiguidades. A dialética permanecia viva e ativa (atrelada à práxis) e a famosa unidade “prática-teoria” não ia sem tensões ou conflitos fecundos. Nunca Lenin considerou a teoria “reflexo” da prática política, isto é, teorização do empirismo político.

Que o enorme fenômeno denominado, com ou sem razão, “stalinismo” não tenha sido ainda objeto de estudos científicos satisfatórios, isto é bastante claro. Como empreender tal estudo enquanto a documentação for escassa e enquanto não dispusermos de uma história do Estado soviético, de suas instituições, de seu direito, de sua ideologia, de suas lutas internas?

Portanto, contentemo-nos aqui, uma vez mais, a somente estabelecer alguns marcos. Stalin, não mais que Lenin, não pode ser responsabilizado pelos acontecimentos e pelo “stalinismo”, ainda que ele tenha imprimido aí sua marca pessoal. Hoje as terríveis paixões despertadas pela personalidade e pela obra de Stalin começam a desvanecer. Poderíamos, talvez, considerar um estudo objetivo. Não há qualquer dúvida quanto a importância histórica do homem de Estado. Não teria ele continuado a obra de Lenin por outros meios (destino de toda política!), meios que em parte foram impostos pela conjuntura, em parte comprometeram sua obra? Stalin desenvolveu para além da medida os germes nefastos que já existiam no “leninismo” e que Lenin teria combatido: e de início, o uso e o abuso da autoridade, a fetichização da política, a razão de Estado, a sistematização filosófico-política, o emprego sem escrúpulos dos instrumentos ideológicos.

No que concerne a *teoria política*, o que teria Stalin introduzido? Poucas ideias e muitas práticas. E, a princípio, a noção clara de uma *estratégia* na escala mundial, utilizando em benefício de uma política (cuja existência do Estado soviético era um dado primordial e incondicional) as forças sociais disponíveis e as contradições internas no capitalismo. O objetivo da estratégia: o desaparecimento do capitalismo agravando sua “crise geral” e suas contradições.¹⁶

O crescimento da economia socialista, a industrialização da Rússia, a pujança do Estado soviético, postos de início como etapas e meios da Revolução proletária mundial (Trotsky conservou, nós o sabemos, essa posição) tornaram-se, pouco a pouco, fins em si mesmos. A política interna da URSS desempenhou um papel cada vez maior sem que tenha sido, por isso, o objeto de uma elucidação teórica. De tal sorte que no stalinismo a conexão entre a política interna e a política externa, entre a política internacional e a política da Internacional Comunista (Comitê [*Komintern*] ou III Internacional) continua obscura.

O termo *stalinismo* não deve ser fonte de ilusões. Se o tomarmos por uma teoria distinta do leninismo ou do “marxismo”-leninismo, então não há stalinismo, e os mais ferrenhos “stalinistas” beneficiam-se quando rejeitam essa denominação. Se entendermos por “stalinismo” um período, as operações e as técnicas operatórias, uma subordinação da teoria ao empirismo, uma tática e uma estratégia, então houve stalinismo. Deve-se acrescentar ainda que o vácuo teórico foi habilmente coberto e que o “dogmatismo” (ou pseudo-dogmatismo) filosófico-político foi largamente empregado com esse propósito. Compreendemos no stalinismo a transformação do marxismo em linguagem, isto é, em ideologia que perde seu caráter ideológico para se vincular à prática corrente (repetitiva) em exercício, numa dada sociedade.

No plano da teoria, não se pode atribuir a Stalin mais que uma inovação: o agravamento da luta de classes no curso da construção do socialismo. Essa “descoberta” (puramente empírica), batizada no tempo de Stalin de “marxismo criativo”, caminhava no sentido contrário ao da teoria marxista da ditadura do proletariado.

À questão “houve um stalinismo?”, poder-se-á, pois, responder de forma ambígua. *Sim*, houve um stalinismo, na medida em que esse período deteriorou a teoria, eliminando a crítica dialética. Privado de sua dimensão crítica (e sabemos como os stalinistas substituíram sua autocrítica: pela dos outros), o pensamento dialético não é mais que um corpo inerte, sem cérebro, sem nervos e sem alma: coisas e reflexos dessas coisas. A dialética, tornada

¹⁶ Cf. *Principes du léninisme*, Editions Sociales, p. 66 et seq. [NA].

linguagem banal e submissa às regras de emprego análogas às de uma gramática, rebaixa-se ao posto de uma maneira de falar. Ao mesmo tempo, a teoria filosófico-política carrega-se de trivialidade sobre a matéria e o mundo exterior; ela torna-se uma escolástica quase medieval, acrescentando à teoria de Marx uma ontologia da substância material e uma “teoria do conhecimento”, tudo ao abrigo da denominação “materialismo dialético”.

E, no entanto, *não*, não houve stalinismo, mas sim empirismo stalinista, acompanhado de uma codificação e de uma distância entre a prática e a teoria, encobertos por uma unidade monolítica.

A situação mundial atual

A análise precedente teria apenas um interesse retrospectivo (por conseguinte, um tanto acadêmico), se não desembocasse numa tentativa de compreender e explicar a atualidade mundial.

Hoje, em 1961, atendo-nos aos textos e às ideias, só o “revisionismo” iugoslavo pode legitimamente reclamar-se da teoria marxista. Com efeito, só o “titismo” mantém a dialética fundamental do fenecimento do Estado na e pela construção do socialismo. Donde a cólera contra ele e o amálgama, operado segundo os procedimentos “stalinistas”, de tudo aquilo que se combate sob a etiqueta do “revisionismo”.

O “titismo” considera uma extensão possível de seu posicionamento. O neutralismo ativo, conquanto não se confine pela crítica à política dos “blocos” ou dos “campos”, visa o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, acompanhado de um mínimo de pressões políticas, portanto um crescimento lento, gradual, com uma planificação branda e com o aprofundamento concreto da democracia.

Faltam à Iugoslávia os meios para tornar eficiente essa política em escala mundial. Ela não pode subsidiar o crescimento econômico do “Terceiro Mundo”. Quanto à realização do fenecimento do Estado, ela encontrou dificuldades e teve de lidar com certas flutuações; ela avança, e as dificuldades – as contradições resolvidas – perecem fecundas. A influência política, ideológica e moral do “titismo” é, portanto, considerável. Ele influenciou profundamente o próprio “dogmatismo”, que é empregado sobretudo para dissimular, ocultando seu vácuo teórico.

Só o “revisionismo” confere um sentido e um aporte concreto à denominação hoje corrente: “Terceiro Mundo”. Ele, e somente ele, abre ao “Terceiro Mundo” uma nova via. Se esses países, ex-colônias, não tomarem essa via, não a encontrarem, acabarão por seguir a via chinesa ou o modelo soviético. E, no entanto, no que concerne ao “Terceiro Mundo”, a teoria política marxista é quase completamente omissa. Alguns textos proféticos de Lenin não trazem uma teoria. As contradições internas (estimulantes e fecundas, ou insolúveis e destrutíveis) do processo em curso foram pouco elucidadas. A independência permite aceder à industrialização (isto é, à criação de uma “indústria pesada”, energética e produtiva dos meios de produção). Os países em questão encontram-se em posição de assimilar as técnicas e as ideias que serviram a sua opressão e que eles tendem a rejeitar. Além disso, as encomendas de ferramentas e equipamentos de grande porte [*gros matériel*] estimulam o setor econômico mais ameaçado nos países capitalistas, o setor cuja crise seria determinante para instaurar uma grave recessão. Esse estímulo não existia quando o imperialismo e o colonialismo dominavam com suas características específicas. E agora, por qual via se engaja a industrialização dos

países ex-colonizados? Que força social pode dirigi-la e orientá-la? Irá ela em direção à constituição de uma burguesia? De uma classe média ligada ao Estado nacional ou ao exército? De uma burocracia? Ela se orientará em direção a um socialismo de Estado? Em direção a um capitalismo de Estado? Segundo quais variáveis conjunturais ou estruturais?

A tese leninista do imperialismo não foi atualizada, nem naquilo que concerne aos países industriais, nem naquilo que concerne aos países subdesenvolvidos. A tese da pauperização relativa e absoluta da classe operária não preenche a lacuna. Ela é falsa? Ela é verdadeira? Nem um, nem outro. Ela é abstrata, destacada de seu contexto dado por Marx (a teoria do “exército industrial de reserva”, do proletariado, isto é, do desemprego massivo e crônico), aplicada sem discernimento. Ela é verdadeira para o conjunto dos países subdesenvolvidos, considerando o “Lumpem proletariado” e as massas camponesas mais que as ilhotas de industrialização. Ela é falsa para uma grande parte do proletariado dos países industriais (e não somente para uma “aristocracia operária”).

No máximo vê-se alvorecer aqui e ali um esboço de teoria inspirada nos textos de Marx que Lenin deixou de lado, mal sustentado por uma análise dos fatos: a teoria de uma passagem direta, como em alguns casos (Guiné), isto é, da comunidade agrária primitiva ao socialismo.

Tornemos aos países capitalistas desenvolvidos. Nesses países, os partidos marxistas substituíram a teoria política e mesmo a estratégia que eles não tinham pela tática. Sob esse ângulo, um historiador poderia “periodizar” a época contemporânea. Um primeiro período vai até a preparação do Front Popular, que se segue do fracasso da revolução operária e da democracia burguesa na Alemanha. Durante um segundo período, começando a partir do Front Popular, a tática nos marcos da democracia estabelecida faz-se acompanhar de um programa: independência nacional, desenvolvimento industrial acelerado, luta contra o malthusianismo da burguesia, seu imperialismo e seu conluio com os imperialismos externos. Donde a passagem do Front Popular ao Front Nacional, a participação no poder e, portanto a recuperação da economia nacional após a Libertação

Depois do que, um novo período: a tática “pura” predomina. Para um partido marxista, a defesa da democracia (formal, portanto, burguesa) não representa mais que um posicionamento tático à espera de outra coisa: crise econômica ou política, situação revolucionária mundial. A menos que não consideremos como possibilidade política a passagem eventual da democracia formal à democracia concreta (proletária), o que nunca foi objeto de uma séria elaboração teórica concebida sobre a transição e sobre as modalidades da nova democracia, suas formas, suas estruturas e superestruturas. De um lado, conserva-se o “dogmatismo”, o vocabulário, o marxismo stalinista como linguagem; de outro, a tática defensiva determina os compromissos; ela exige amplas alianças. A ausência de uma teoria, bem como a ausência de crítica, autocrítica ou de repúdio público aos procedimentos stalinistas, introduz na tática as contradições, mais ou menos profundas.

Passemos agora à questão mais importante do período atual, a questão da relação entre o “comunismo” russo e o “comunismo” chinês. Colocamos essas palavras entre parênteses para lembrar que se trata de um vocabulário e de uma ideologia mais que de uma realidade correspondente ao que Marx e o pensamento marxista nomeiam por “comunismo”.

Entre russos e chineses, haveria atualmente divergências e contradições virtuais? Haveria uma diferença profunda no posicionamento político dos dois grandes do campo socialista? Constatamos a existência, dada ou eventual, de duas ou de uma teoria política?

Incalculáveis informações e artigos foram consagrados a esse problema, tanto nos países do “campo imperialista” como nos países do leste. Geralmente, interpretações contestáveis acompanham as informações, exceto quando elas são apresentadas em estado bruto, o que acaba por distorcê-las da mesma maneira. Quanto às análises, um viés as anima quase sempre, o que as priva de objetividade científica; os autores encontram aquilo que desejam encontrar. Fenômeno pouco surpreendente, que mostra a que ponto a teoria geral faz falta e quão profundo é o buraco cavado pelo “vácuo teórico”...

Seria espantoso se os ideólogos chineses e os teóricos soviéticos partilhassem das mesmas apreciações sobre os eventos e a conjuntura mundial. A lei do desenvolvimento desigual faz-se valer também no “campo socialista”. Os interesses não coincidem, o que acaba por “refletir” na ideologia, conduzindo a teoria – na medida em que exista uma teoria – ao esforço para resolver e conciliar as diferenças. Essa teoria corre o grave risco de ser, ela também, ideologia mais que ciência. Mas a existência de diferenças não quer dizer que os interesses se oponham – e os ideólogos “burgueses” seguem rapidamente em atividade. Os soviéticos, o que há muito tempo está claro, suportam tão mal quanto os chineses a atitude da ONU para com a República Popular da China. Se é verdade que o Sr. Krushev¹⁷ se recusa a entregar armas atômicas aos chineses, talvez isso signifique que ele teme uma ação precipitada desses irmãos imprudentes; mas só uma pitonisa política deduziria que um dia o exército russo pararia nos Montes Urais a investida dos asiáticos sobre a Europa devido à pressão demográfica!

Por sua vez, a análise mostra na relação entre as duas potências uma divisão do trabalho político e divergências apreciáveis. Um, a China, não pode nada sem o outro, a URSS, mais avançada. Serão necessários anos para que China alcance uma potência econômica e militar que ameaçaria a liderança soviética. Entretanto, os dirigentes chineses exercem uma pressão constante e tenaz, que vai sempre num sentido definido, aquele de um extremismo.

Haveria então, na cidade chinesa, os “ortodoxos” que conservam um posicionamento tradicional quanto à inevitabilidade das guerras imperialistas, e os inovadores, para não dizermos os “revisionistas”, admitindo a coexistência pacífica e a possibilidade de se evitar uma guerra mundial? Dito de outra forma, haveria um “krushevismo”?

A essa questão, como à do stalinismo, responderemos aqui com “sim e não”, resposta eminentemente dialética em sua ambiguidade!

Sim, conquanto que o Sr. Krushev abandone a estratégia stalinista que apostava nas contradições internas do capitalismo e que ele foque suas perspectivas nos países em rápida evolução, os afro-asiáticos e a América Latina (os quais a participação já modificou a estrutura e a eficácia da ONU). *Sim*, na medida em que essa estratégia se traduziria numa interpretação teórica, o que já foi apontado aqui e lá, mas ela nunca foi apresentada como um todo orgânico. *Sim*, pois há um “krushevismo” mesmo que o stalinismo seja superado tanto na ideologia como na vida cotidiana da sociedade soviética e que uma liberalização ocorra, apesar

17 Nikita Krushev, líder político soviético que esteve à frente da União Soviética entre 1953 e 1964 [NT].

das sinuosidades dessa “linha”. Sim, na medida em que a acumulação socialista na URSS não seja mais realizada pelo campesinato, e sim por um processo interno à indústria, o que libera a agricultura e a população rural das pressões do período stalinista. Sim, finalmente, porque o Sr. Krushev conquistou o apoio das massas e, ao que parece, apenas uma parte dos quadros político-administrativos se lhe opôs.

E, no entanto, *não*, não há um “kruschevismo” visto que o objetivo da política, imposto pelo desafio recíproco dos dois sistemas, continua a ser o fim do imperialismo e do capitalismo. Não, na medida em que o “stalinismo” não foi objeto de uma crítica fundamental e total, não se tornou objeto da ciência teórica, mas se esmigalhou lentamente sem que esse abandono excluía os sobressaltos. Não, enfim, porque nenhuma argumentação teoricamente sólida elucidou a natureza exata das contradições atuais.

Haveria entre o capitalismo e o socialismo uma *contradição antagonística*? Os ideólogos chineses, que usam amplamente esse vocabulário e o introduziram no pensamento marxista, parecem o ter em alta estima. Neste caso, a guerra mundial seria inevitável. *Haveria contradição não antagonística*? Nesse caso, guerra mundial seria evitável, mas o capitalismo poderia durar ainda muito tempo e a revolução mundial se arrastaria ou mesmo seria evitada num certo número de países...

Parece que o conteúdo prático dos conceitos empregados não pôde vir à tona. Seria pela falta de uma análise dialética, ou uma consequência da “essência” dos conceitos, ou ainda devido ao caráter fluido e transitório da própria realidade? Seja como for, até onde sabemos não existe ainda um critério objetivo que permita discernir a contradição antagonística daquela que pode se resolver sem uma convulsão. Tudo se passa, então, como se a *decisão* a respeito da natureza do conflito desempenhasse um papel *decisivo* na natureza desse conflito! Declarada antagonística, a contradição assim se torna. Ela joga nesse sentido quando o poder político assim o faz também. Desse modo, a decisão teórica assume uma importância capital, mas trata-se de uma decisão teórica sem teoria no sentido tradicional da palavra: sem análise exaustiva de situação, sem previsão científica no sentido das ciências da natureza. Somos conduzidos de uma análise dialética clássica à uma teoria da decisão. A apreciação e o fato se misturam.

A perspectiva depende, com efeito, de uma *apreciação* sobre o poder do “campo socialista” na relação das forças. Segundo os chineses e seus seguidores no movimento marxista, o campo socialista já teria uma potência econômica e militar suficiente para intensificar a pressão sobre o imperialismo e acelerar a crise geral do capitalismo, impedindo uma aventura belicosa a qual a burguesia sabe que o resultado se voltaria contra ela. Essa pressão teria múltiplas consequências. Ela forçaria os dirigentes burgueses a recorrerem aos armamentos massivos, portanto, a uma pressão econômica e política sobre a classe operária dos grandes países industriais, que colocaria um fim a sua passividade política. A pausa histórica na qual o capitalismo e a burguesia tiraram proveito daria lugar a um agravamento de todas as contradições. A luta de classes, excessivamente abafada, ricochetearia e apontaria para a solução revolucionária. Do contrário, sempre segundo a chamada tendência chinesa, a política de “coexistência pacífica” ampliaria o perigo de uma guerra mundial ao alimentar a crença de uma fraqueza do campo socialista. Com essa política, correr-se-ia o risco de reanimar o capitalismo

e inflexionar a evolução dos países subdesenvolvidos em direção à constituição de burguesias locais. Em suma, ela desaceleraria a história que ruma ao socialismo. O argumento segundo o qual a classe operária e sua luta de classe retomaria o vigor com uma democratização geral seria falacioso, pois um novo período de animação econômica reforçaria a democracia em seu sentido burguês, sem intensificar a luta de classes.

Os partidários dessa política admitem que ela conduz a incorrer riscos, mas eles afirmam que qualquer outra política aumentaria os riscos ao invés de diminuí-los.

Para dizer a verdade, aquele que faz o esforço de acompanhar os atos, os discursos, os eventos assim como as discussões acaloradas, tem a impressão de que o Sr. Krushev fala e mobiliza ora o “krushevismo”, ora o “não krushevismo”. E o mesmo vale para os chineses, Sr. Mao Tsé-Tung ou Sr. Zhou Enlai. As duas tendências, desde que se tratem de tendências, flutuam, reconciliam-se e divergem novamente. Quanto aos ensaios de elaboração teórica, eles não têm nada de convincente. Tomemos como exemplo uma fórmula lançada na França; a coexistência pacífica seria “a forma superior e atual da luta de classes”.

Talvez. A fórmula não é de toda desprovida de interesse, visto que ela visa pensar a situação. Mas de qual coexistência pacífica se trata? De qual luta de classes, econômica ou política? Essa fórmula claramente procura conciliar o “ponto de vista” chinês (medidas destinadas a acentuar a luta política das classes, aceitando os riscos de tal operação) e o “ponto de vista” krushevista (administrar a coexistência pacífica no quadro geral de uma democratização que permita a luta econômica das classes e sua politização gradual). A fórmula, em nossa opinião, elucida o problema; ela evita optar. Ela não preenche o vácuo teórico, mas o sinaliza.

Consultemos a Declaração dos 81 partidos, resumindo os debates da Conferência de Moscou (novembro de 1960) e os comentários autorizados dessa declaração, como por exemplo, o discurso de N. Krushev de 6 de janeiro de 1961 (*Nouvelle Revue Internationale*, janeiro de 1961). O líder soviético insiste na potência e na coesão do “campo socialista” e destaca o agravamento da crise geral do capitalismo, assim como o agravamento da contradição *fundamental* entre os dois “campos”. “A questão sobre o caráter da época não é de modo algum uma questão abstrata, especulativa. A linha estratégica e a tática do comunismo mundial, de cada partido comunista, estão vinculadas a essa questão”. O que significa dizer que existem uma tática e uma estratégia vinculadas a uma apreciação teórica. A teoria política encontra-se, portanto, na Declaração dos 81 partidos. Ora, essa declaração, não sem insistir fortemente na crise do imperialismo, do colonialismo e do capitalismo em geral, introduz as *hipóteses* e as *considerações de possibilidades*. Pode ser que a passagem ao socialismo, ainda que se trate de um salto à frente, seja alcançada pacificamente. “Se as classes exploradoras recorrem à violência contra o povo, é preciso considerar outra perspectiva: a passagem ao socialismo por meios não pacíficos”. Enquanto a imprensa e os teóricos chineses focaram a inevitabilidade dos confrontos, alguns líderes dos países capitalistas (Sr. Thorez¹⁸, por exemplo) comentaram os mesmos textos focando as vias pacíficas. Há, portanto, táticas e estratégias determinadas por uma apreciação *empírica* das relações de força.

18 Maurice Thorez, político francês e líder do Partido Comunista Francês de 1930 a 1964. Deixa o cargo por ocasião de sua morte [NT].

Nesse ponto de nossa exposição, arriscaremos uma hipótese. Relembremos os dados levantados. Há um vácuo teórico, isto é, a falta de uma elaboração conceitual satisfatória. Seria impossível tal elaboração teórica? Certamente que não, mas ela supõe um trabalho gigantesco. *Tudo se passa como se as divergências constatadas dependessem da teoria geral das estratégias*. Elas comportam mais diferenças do que parece no plano puramente tático, e menos do que parece no plano das oposições teoricamente fundamentais.¹⁹ A situação mundial inclui o aleatório. A guerra mundial é possível e mais ou menos provável; o mesmo se passa com relação à vitória de um dos dois campos; tática e estratégia envolvem, portanto, os acasos. A precisão total, como num modelo das ciências macrofísicas, faz falta. *Tudo se passa, então, como se a enigmática divergência entre os “pontos de vista” pudesse ser compreendida em função do conhecido teorema de Baynes sobre as estratégias*. A estratégia do Sr. Kruschew visa (conscientemente ou não) *minimizar o máximo de chances do adversário*. A outra estratégia, atribuída aos ideólogos chineses, visa (empiricamente ou conscientemente, pouco importa) *maximizar seu próprio mínimo de chances*.

Isso não é mais que uma hipótese, difícil de atrelar às formulações matemáticas, às considerações rigorosas e formais da teoria abstrata das estratégias...

Recebimento: 20 jul. 2020

Aprovação: 31 ago. 2020

19 “O proletariado e os povos de todos os países devem se utilizar de duas táticas para combater os imperialistas: a tática que consiste em revelar a impostura da política de paz dos imperialistas e em lutar energeticamente por uma verdadeira paz mundial – e a tática que consiste em se preparar para uma guerra justa para acabar com a guerra injusta dos imperialistas, quando eles começarem tal guerra, se a começarem”. O artigo do *Drapeau Rouge*, órgão teórico do PC chinês, divulgado por ocasião do 90º aniversário do nascimento de Lênin (abril de 1960), em seguida traduzido no *Peking Review*, e cuja citação foi extraída, reduzida com a intenção conciliadora das divergências à tática [NA].